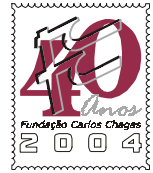




TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Serviço Social



Prova Grupo E, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Justiça e burocracia

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, meticuloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

1. Deduz-se da leitura do texto que a relação entre a **garantia de justiça** e a **excessiva burocratização** dos procedimentos jurídicos
- (A) é necessariamente complementar, já que não se pode admitir a primeira sem o concurso da segunda.
 - (B) constitui um paradoxo, pois a segunda implica a sistemática e completa exclusão da primeira.
 - (C) é freqüentemente conflitua, pois a segunda pode representar um obstáculo para a efetivação da primeira.
 - (D) implica um contra-senso, pois cada um dos ritos de um processo já é injusto em si mesmo.
 - (E) é harmônica, pois o detalhismo burocrático favorece a lisura de cada um dos procedimentos e da sentença final.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *em qualquer dos casos* está-se referindo a *no caso de ficar evidenciada sua inocência* e a *se nada vier a ser efetivamente comprovado*.
 - II. No segundo parágrafo, a expressão *notória culpabilidade* alude aos casos em que o processo judicial e a sentença final não deixam dúvida quanto à culpa do acusado.
 - III. No segundo parágrafo, defende-se a tese de que a excessiva burocratização dos caminhos da justiça permite que um detalhe técnico acessório adquira mais importância que o mérito substantivo do processo.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização de palavras ou expressões entre aspas deixa evidente a preocupação do autor em
- (A) destacar o emprego técnico de conceitos que são básicos na linguagem jurídica.
 - (B) chamar a atenção para o fato de que está citando elementos do texto de um jurista.
 - (C) enumerar valores e atitudes que devem caracterizar a ética processual.
 - (D) ressaltar o tom pejorativo com que se refere a certos aspectos das práticas jurídicas.
 - (E) identificar as etapas burocráticas que demonstram a rigidez dos ritos processuais.

4. Na construção do texto, o autor se valeu de uma série de **oposições**, das quais constitui exemplo a estabelecida entre
- (A) *réus de notória culpabilidade* / *casos de corrupção*.
 - (B) *advogados particulares* / *defensores públicos*.
 - (C) *burocracia dos tortuosos caminhos* / *vitória da má-fé e do oportunismo*.
 - (D) *desprezível detalhe técnico* / *pequenos subterfúgios*.
 - (E) *“expedientes”* / *“raposas dos tribunais”*.

5. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
- (A) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
 - (B) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
 - (C) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
 - (D) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
 - (E) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) O réu jamais admitiu a culpa.</p> <p>(B) Entraves burocráticos dificultam a distribuição de justiça.</p> <p>(C) Os mais cínicos colecionam “atestados de inocência”.</p> <p>(D) Mas nem sempre isso acaba por ocorrer.</p> <p>(E) Ele ignorou a importância dos detalhes.</p>	<p>10. A grafia de todas as palavras está correta na frase:</p> <p>(A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbrasse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.</p> <p>(B) A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.</p> <p>(C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrisoriamente pelo herário público.</p> <p>(D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.</p> <p>(E) É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não coptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.</p>
<p>7. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) <u>De todo</u> e qualquer réu assiste o direito da ampla defesa.</p> <p>(B) O único apoio <u>de que</u> um acusado sem recursos pode contar é o de um defensor público.</p> <p>(C) Encerrou-se um processo <u>cujo o</u> mérito sequer foi avaliado.</p> <p>(D) Foi uma sentença estranha, <u>cuja</u> acabou por provocar grande descontentamento.</p> <p>(E) É um rito tortuoso, <u>de cuja</u> burocracia os espertos tiram proveito.</p>	<p>11. Não obstante as proibições legalmente impostas aos servidores públicos, observa-se que</p> <p>(A) é ainda defeso o desempenho de atribuições estranhas ao cargo ocupado, mesmo em situações transitórias.</p> <p>(B) a prática do comércio realizada por eles, na condição de acionista, também é ilegal.</p> <p>(C) é considerada legítima a participação destes na administração de sociedade civil.</p> <p>(D) é permitido a estes o exercício do comércio na qualidade de acionista.</p> <p>(E) as atuações como procuradores junto às repartições públicas, quando se tratar de benefícios assistenciais, também é vedada, em qualquer hipótese.</p>
<p>8. Está clara e correta a redação da frase:</p> <p>(A) Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.</p> <p>(B) Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.</p> <p>(C) A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.</p> <p>(D) Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.</p> <p>(E) Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.</p>	<p>12. A respeito dos institutos relacionados com o provimento de cargos públicos, observe as situações:</p> <p>I. A investidura em cargo público de provimento efetivo.</p> <p>II. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade.</p> <p>III. O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.</p> <p>Essas hipóteses estão direta e imediatamente relacionadas, respectivamente, com a</p> <p>(A) readmissão de ofício, a reintegração e a readaptação.</p> <p>(B) promoção, a reversão de ofício e a transferência.</p> <p>(C) posse, o aproveitamento e a remoção.</p> <p>(D) nomeação, a recondução e o aproveitamento.</p> <p>(E) reversão a pedido, a readmissão e a transferência.</p>
<p>9. O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para <u>fundamentar a apelação</u>, <u>organizou a apelação</u> numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, <u>recusaram a apelação</u> os juízes do Supremo, que <u>consideraram a apelação</u> inconsistente de todo.</p> <p>Evitam-se as abusivas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) fundamentá-la - organizou-lhe - recusaram a ela - consideraram-na</p> <p>(B) fundamentá-la - organizou-a - recusaram-na - a consideraram</p> <p>(C) fundamentar a ela - a organizou - recusaram-lhe - lhe consideraram</p> <p>(D) fundamentar-lhe - organizou-lhe - recusaram-na - a consideraram</p> <p>(E) a fundamentar - organizou-a - recusaram-lhe - consideraram-na</p>	

<p>13. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. No caso do cônjuge que também detenha a condição de servidor, se vier a ter exercício na mesma sede,</p> <p>(A) terá o direito de receber essa ajuda de custo, desde que tenha cumprido o prazo do estágio probatório.</p> <p>(B) deverá ocorrer o segundo pagamento, desde que sejam casados há pelo menos cinco anos, da data do primeiro pagamento.</p> <p>(C) o pagamento será efetuado no valor de cinquenta por cento daquele correspondente ao primeiro pagamento.</p> <p>(D) o segundo pagamento será devido, desde que ocorra após o decurso do prazo de doze meses da primeira mudança.</p> <p>(E) será vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo.</p>	<p>16. A vacância de cargo público decorrente de readaptação ocorre quando o servidor</p> <p>(A) tem a sua readmissão ao cargo de origem, por ato de ofício, sem direito à indenização, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, em decorrência da reintegração de outro servidor, após afastamento por incapacidade física, no cargo ocupado pelo primeiro.</p> <p>(B) aposentado por invalidez, decorrente da sua incapacidade constatada mediante laudo de junta médica, retorna à atividade mediante ato da Administração Pública, por terem cessados os motivos da inatividade.</p> <p>(C) é investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.</p> <p>(D) é aproveitado em outro cargo, mediante ato unilateral da Administração, sem prejuízo da remuneração até então recebida, em razão da readmissão de outro servidor que se encontrava física ou mentalmente incapacitado.</p> <p>(E) passa para a condição de disponibilidade por motivo de saúde física ou mental, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, ocasionada pela extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade.</p>
<p>14. No que tange às penalidades disciplinares, analise as assertivas abaixo:</p> <p>I. No âmbito do Tribunal Regional Federal de uma determinada Região, apenas o seu Presidente pode aplicar a pena disciplinar de demissão.</p> <p>II. A penalidade disciplinar que consista na destituição do cargo em comissão é aplicada pela autoridade que houver feito a nomeação.</p> <p>III. A suspensão superior a 30 (trinta) dias do servidor público, submetido ao devido processo administrativo disciplinar, é aplicada pelo chefe da repartição em que estiver lotado o titular do cargo.</p> <p>IV. A advertência ou a suspensão de até 60 (sessenta) dias é aplicada pela autoridade que nomeou, ou pelo chefe da repartição.</p> <p>Estão corretas APENAS:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>	<p>17. No que se refere à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que a participação em conselho</p> <p>(A) de administração das sociedades de economia mista e suas subsidiárias não é ilícita, observado o que dispuser a legislação específica.</p> <p>(B) fiscal das empresas públicas é ilícita, conforme disposto na legislação pertinente.</p> <p>(C) de administração das entidades em que a União, diretamente, detenha participação no capital social, é ilegal, nos termos da legislação que rege a matéria.</p> <p>(D) fiscal das subsidiárias das empresas públicas é vedada, consoante dispõem as normas disciplinadoras.</p> <p>(E) de administração das empresas controladas pelas sociedades de economia mista é ilegal, observadas as exceções normativas.</p>
<p>15. Julgada procedente a revisão do processo disciplinar, será declarada sem efeito a penalidade aplicada,</p> <p>(A) sem prejuízo dos efeitos gerados até a data da respectiva decisão, acarretando a reintegração daquele servidor destituído do cargo em comissão.</p> <p>(B) restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.</p> <p>(C) acarretando o restabelecimento dos direitos do servidor, exceto os de natureza pecuniária, sendo que a destituição do cargo em comissão deverá ser revertida.</p> <p>(D) restaurando-se todos os direitos do servidor, seja ele ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão, exceto o de contagem de tempo de serviço do período não trabalhado, quando for o caso.</p> <p>(E) com o conseqüente reconhecimento de todos os direitos do servidor, salvo o tempo de serviço, seja ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão.</p>	<p>18. Em matéria de responsabilidade do servidor público, é certo que</p> <p>(A) a obrigação de reparar o dano causado por funcionário público não se estende aos seus sucessores, uma vez que se trata de obrigação personalíssima.</p> <p>(B) a legislação em vigor veda, expressamente, a cumulação das sanções administrativas e civis em decorrência do mesmo fato praticado pelo servidor público federal, posto que configura verdadeiro <i>bis in idem</i>.</p> <p>(C) o servidor público que causar danos a terceiros responde, objetivamente, perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.</p> <p>(D) sua responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.</p> <p>(E) a responsabilidade civil do servidor público que causa prejuízo ao erário decorre apenas de atos comissivos, sendo vedada sua responsabilização por atos omissivos.</p>

<p>19. Dentre os requisitos dos atos administrativos, a finalidade e o motivo correspondem, respectivamente,</p> <p>(A) ao poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções, objetivando a prática do ato; ao efeito jurídico imediato que o ato produz ao atender o interesse público.</p> <p>(B) ao resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato, o efeito mediato que sucede à sua prática; ao pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento aos atos administrativos, podendo vir expresso em lei, como pode ser deixado ao critério do administrador.</p> <p>(C) à relação jurídica que cria o conteúdo do ato, em forma tal que este aparece identificado nessa forma de manifestação unilateral da Administração; à concepção que inclui não só a exteriorização do ato, mas também todas as formalidades a serem observadas durante o processo de sua formação.</p> <p>(D) ao elemento que deve portar o ato para que seja imposto a terceiros, independentemente de sua concordância; a imperiosa conformidade do ato com a lei, exceto nos atos discricionários.</p> <p>(E) à presunção de que esses atos são legítimos, até prova em contrário; à desnecessidade de prévia manifestação judicial para se tornarem executáveis.</p>	<p>23. Quando há Intranet instalada em uma empresa significa que</p> <p>(A) a empresa é um provedor de acesso à Internet.</p> <p>(B) a empresa é de grande porte, uma vez que somente tais empresas suportam instalação de Intranet.</p> <p>(C) foi instalado um servidor para troca eletrônica de dados com fornecedores e clientes.</p> <p>(D) foi instalado um servidor Web na rede de computadores da empresa.</p> <p>(E) todos os funcionários têm acesso à Internet.</p>
<p>20. No que concerne à invalidação dos atos administrativos, a Administração controla seus próprios atos sob os aspectos da</p> <p>(A) universalidade e razoabilidade, com a consequente rescisão por conveniência, ao passo que o Judiciário deverá apreciar o mérito do ato, que poderá acarretar sua revogação.</p> <p>(B) legalidade, finalidade, conveniência e oportunidade, podendo acarretar a anulação, ao passo que o Poder Judiciário fica restrito ao exame da conveniência, justiça e moralidade, invalidando o ato mediante revogação.</p> <p>(C) forma, probidade administrativa e conteúdo, invalidando o ato pela via da revogação, ao passo que o Poder Judiciário ficará restrito à oportunidade, conveniência, legalidade e interesse público, devendo promover a anulação do ato.</p> <p>(D) legitimidade, economicidade e conteúdo, promovendo a invalidação do ato por revogação, sendo que o controle judiciário dar-se-á sob os aspectos da economicidade, conveniência e oportunidade, gerando o desfazimento do ato, através da rescisão.</p> <p>(E) oportunidade, conveniência, justiça, conteúdo, forma, finalidade, moralidade e legalidade, com a consequente revogação ou anulação, enquanto o controle judiciário se restringe ao exame da legalidade que acarretará a respectiva anulação.</p>	<p>24. Ao clicar o botão Atualizar na janela do MS Internet Explorer, será carregada para o computador</p> <p>(A) uma nova cópia da página atual.</p> <p>(B) uma nova cópia da página inicial.</p> <p>(C) a última cópia arquivada da página inicial.</p> <p>(D) uma nova cópia da página anterior.</p> <p>(E) a cópia arquivada da página anterior.</p>
<p>21. Um componente de <i>hardware</i> do microcomputador classificado como periférico é</p> <p>(A) o processador.</p> <p>(B) o disco rígido.</p> <p>(C) a placa de rede.</p> <p>(D) a memória RAM.</p> <p>(E) a impressora.</p>	<p>25. O caractere ° (ordinal masculino) pode ser inserido em texto, pelo programa MS Word, mantendo-se pressionada a tecla Alt e digitando, no teclado numérico, as seqüências</p> <p>(A) 0 2 0 9 ou 1 6 5</p> <p>(B) 0 1 7 0 ou 1 6 6</p> <p>(C) 0 1 8 6 ou 1 6 7</p> <p>(D) 0 1 7 4 ou 1 6 9</p> <p>(E) 0 1 7 1 ou 1 7 4</p>
<p>22. Para personalizar a “área de trabalho” do Windows utiliza-se o aplicativo</p> <p>(A) barra de tarefas.</p> <p>(B) propriedades de vídeo.</p> <p>(C) propriedades do sistema.</p> <p>(D) opções de acessibilidade.</p> <p>(E) opções de pasta.</p>	<p>26. No programa MS Word, a tecla de função F7 é reservada para escolher o comando:</p> <p>(A) ir para.</p> <p>(B) obter ajuda <i>online</i>.</p> <p>(C) repetir a última ação.</p> <p>(D) verificar ortografia e gramática.</p> <p>(E) salvar como.</p>
	<p>27. As funções utilizadas nas planilhas MS Excel</p> <p>(A) são operadores para execução de cálculos.</p> <p>(B) apresentam resultados somente com o uso de fórmulas complexas.</p> <p>(C) apresentam resultado somente de um valor.</p> <p>(D) executam somente operações de cálculo.</p> <p>(E) executam fórmulas pré-definidas.</p>
	<p>28. Numa planilha MS Excel, um gráfico NÃO pode ser utilizado para representar, em forma de desenho, o conteúdo de</p> <p>(A) várias linhas e várias colunas.</p> <p>(B) uma linha e uma coluna, somente.</p> <p>(C) uma linha, somente.</p> <p>(D) uma coluna, somente.</p> <p>(E) uma célula, somente.</p>
	<p>29. Um texto gravado em HD, em arquivo de 2,0 MB, para ser copiado em um único disquete, com capacidade nominal de 1.474 KB, exigirá que o</p> <p>(A) disquete seja compactado, antes da cópia.</p> <p>(B) disquete seja desfragmentado, antes da cópia.</p> <p>(C) arquivo seja primeiramente compactado no HD.</p> <p>(D) arquivo seja primeiramente desfragmentado no HD.</p> <p>(E) arquivo seja simplesmente arrastado do HD para o disquete.</p>
	<p>30. Na ausência temporária do operador, o acesso ao computador por pessoa não autorizada pode ser evitado, de forma ideal, com a utilização de</p> <p>(A) uma senha inserida na proteção de tela do Windows.</p> <p>(B) uma senha inserida no <i>boot</i> do computador.</p> <p>(C) uma senha inserida para acesso ao disco rígido.</p> <p>(D) desligamento do monitor, após alguns minutos de inatividade.</p> <p>(E) desligamento do computador, sempre que o operador se retirar.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Neste início do século XXI, inúmeros desafios estão postos ao profissional do Serviço Social. Dentre eles, destaca-se a
- (A) clareza da natureza pública da profissão, em seu exercício submetida à ética e ao sigilo profissional, bem como detentora de sólida formação crítico-prática.
 - (B) caracterização de postos de trabalho bem definidos, advindos da clareza do objeto da prática profissional com correspondência ao Código de Ética.
 - (C) ampliação da especialização da profissão nas políticas sociais públicas, de tal forma que favoreça a prática da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
 - (D) clareza das novas demandas sociais, acopladas ao campo político onde se definem as tendências do neoliberalismo, que vem se acirrando desde o início do século passado.
 - (E) ampliação do campo da formação profissional com especialização na rede não governamental, considerando a ampliação do modelo neoliberal.

32. A concepção de Serviço Social como serviço está pautada predominantemente na
- (A) relação caso, grupo e comunidade.
 - (B) relação sociedade, organização e indivíduo.
 - (C) perspectiva de que os serviços são efêmeros e os projetos e programas são de caráter mais duradouro.
 - (D) perspectiva de que a sociedade civil deve ter predominância na organização dos serviços sociais.
 - (E) relação de autoridade e hierarquização.

33. A questão social no Brasil aponta para os seguintes desdobramentos:
- (A) o aumento da pobreza e a ação caritativa do Estado, para garantir os direitos dos que se encontram abaixo da linha da pobreza.
 - (B) o estabelecimento de políticas sociais na área da família, da criança, do adolescente e da pessoa idosa.
 - (C) o estabelecimento de políticas sociais em parceria entre poder público e a iniciativa privada, para atender exclusivamente aos interesses da classe burguesa.
 - (D) a luta de trabalhadores no campo e na cidade por melhores salários, com a intermediação dos setores público e privado.
 - (E) a formação da classe operária e a sua entrada no cenário político da implementação das políticas sociais que levem em conta os seus interesses.

34. Segundo José Paulo Netto, a crise global da sociedade contemporânea revela-se, embora não exclusivamente, em duas outras crises. São elas:
- (A) crise econômica e crise social.
 - (B) crise do socialismo real e crise da utopia do proletariado.
 - (C) crise dos movimentos sociais organizados e crise da organização sindical.
 - (D) crise do Estado de bem-estar e crise do chamado socialismo real.
 - (E) crise do Estado de bem-estar social e crise dos movimentos sociais.

Instruções: As informações que seguem referem-se às questões de números 35 a 39.

Em cada uma destas questões são apresentadas três afirmativas (I, II e III). Para responder às questões use a chave de alternativas abaixo.

- (A) Somente a afirmativa I é correta.
- (B) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- (E) Se as afirmativas I, II e III são corretas.

35. Os países capitalistas adotaram diferentes modelos de Estado de Bem Estar Social caracterizados como
- I. social democrata, marcado pelo universalismo e pela presença menor do mercado no âmbito das políticas sociais.
 - II. conservador corporativo, baseado na concepção de direitos, mas com a presença de efeitos redistributivos mínimos.
 - III. liberal, no qual há predominância da lógica do mercado.

36. Os indicadores qualitativos de exclusão social ainda estão insuficientemente definidos, porém já podemos sintetizar algumas características da família pobre brasileira. São elas:
- I. as famílias pobres são mais numerosas e em maior proporção chefiadas por mulheres.
 - II. as rendas dependem mais dos ganhos dos chefes de famílias e estes estão inseridos mormente no mercado informal.
 - III. as atividades econômicas dos chefes de família pobres tendem a concentrar-se em setores de alta produtividade.

37. Nas ações dos profissionais de serviço social, o instrumental técnico articula-se com os eixos operacionais, que podem ser
- I. valorativos, que se reportam ao campo das finalidades e objetivos.
 - II. metodológicos, que se reportam ao campo da operacionalização.
 - III. operativos, que se reportam ao campo das estratégias e táticas.

<p>38. O planejamento estratégico tem como objetivo</p> <p>I. servir como ferramenta gerencial para impor racionalidade central às decisões.</p> <p>II. definir critérios para igualar as tarefas gerenciais dos vários níveis hierárquicos da organização.</p> <p>III. estimular a convergência de esforços e focalizar a atenção dos decisores nos fatores chaves da organização.</p>	<p>41. Os direitos de cidadania</p> <p>(A) nascem e são implementados com o Estado de exceção e de Bem Estar Social.</p> <p>(B) devem atender às contingências sociais e pautar-se pela seletividade no acesso às políticas sociais.</p> <p>(C) foram inscritos na Constituição Federal de 1964, chamada de "Constituição Cidadã".</p> <p>(D) têm como expressão exclusiva os conselhos de caráter deliberativo, nos âmbitos municipal, estadual e federal.</p> <p>(E) nascem historicamente na sociedade, mas precisam ser legitimados pelo Estado.</p>
<p>39. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, constituem crimes praticados contra esses cidadãos:</p> <p>I. promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior, com observância das legalidades formais, e subtrair a criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda, em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.</p> <p>II. produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornografia, bem como vender ou fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar à criança ou adolescente fogos de estampido ou artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.</p> <p>III. deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido, ou à pessoa por ele indicada, e privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão independentemente de constatação de flagrante de ato infracional ou, ainda, sem posse de ordem escrita da autoridade judiciária competente.</p>	<p>42. A partir dos anos 1930, o governo brasileiro, em relação à política social, pôs em prática</p> <p>(A) um conjunto de instrumentos legais, com a finalidade de permitir à população reclamar os direitos sociais.</p> <p>(B) a lei Eloy Chaves, que garantiu os primeiros e mais fundamentais direitos previdenciários.</p> <p>(C) as políticas setoriais integradas, sobretudo a educação, saúde e assistência social, com o objetivo de ampliar a seguridade social.</p> <p>(D) as relações de parceria, com a legalização e constituição das OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).</p> <p>(E) a valorização do legislativo como instância de decisão em favor das políticas sociais, incluindo um novo papel de protagonismo ao aspecto legal.</p>
<p>40. A Política Nacional do Idoso, disposta na Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Para implementação dessa política nacional, a lei define as competências dos órgãos e entidades públicas nas áreas de</p> <p>(A) assistência e promoção, saúde, educação, trabalho e previdência, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer.</p> <p>(B) assistência, saúde, promoção, cultura, lazer, esporte e previdência social.</p> <p>(C) saúde, previdência, assistência social, ecologia, bem como as áreas de atenção à família, que englobam as questões de sobrevivência e do médico da família.</p> <p>(D) saúde, previdência, assistência social, justiça, cultura, lazer, economia e ecologia.</p> <p>(E) previdência, cultura, justiça, trabalho e promoção.</p>	<p>43. A política de previdência social no Brasil submete-se à lógica de</p> <p>(A) gratuidade e não contributividade.</p> <p>(B) redistributividade e descentralização.</p> <p>(C) direito social intransferível e não contributividade.</p> <p>(D) seguro social contributivo.</p> <p>(E) não contributividade e seguro social.</p> <p>44. A política de assistência social tem como uma de suas diretrizes a descentralização. Segundo Sposati, a descentralização deve ser entendida para além de um ato administrativo e, portanto, constitui-se em</p> <p>(A) motivação para o início de uma reforma tributária que favoreça a área social dos municípios.</p> <p>(B) garantias políticas pautadas no interesse do executivo e legislativo local.</p> <p>(C) efetiva partilha do poder entre os Estados e as coletividades locais.</p> <p>(D) ação do governo central que institui um Estado Mínimo, com pouca ação na política social.</p> <p>(E) ações de cunho político e ideológico, que incluem as várias posições presentes no poder local.</p>

<p>45. Segundo Evaldo Amaro Vieira, a política social pode ser entendida como</p> <p>(A) um conjunto articulado de ações que garantam o bem-estar da população.</p> <p>(B) uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção.</p> <p>(C) a expressão do mundo da produção localizada nas relações dos indivíduos, famílias e comunidades.</p> <p>(D) uma maneira de expressar as relações intra e extra familiares influenciadas pelo modo de produção.</p> <p>(E) a expressão da ganância da burguesia, sem compromisso com a democracia.</p>	<p>48. Na atualidade, as políticas sociais contam com a formação de conselhos gestores que são</p> <p>(A) decorrentes do processo de organização comunitária e de caráter consultivo.</p> <p>(B) instrumentos técnicos e se constituem como formas de organização de usuários das políticas públicas no Brasil e no exterior.</p> <p>(C) instrumentos de determinados processos políticos e constituem inovações institucionais na gestão de políticas sociais no Brasil.</p> <p>(D) instrumentos de democracia participativa de caráter consultivo.</p> <p>(E) decorrentes das formas de gestão gerencial proposta pela reforma do Estado Brasileiro desde a década de 1940, com a criação do Departamento de Administração Pública.</p>
<p>46. A crise do Estado autoritário, a luta pela democratização social e política e o processo mobilizador que culmina com a aprovação da Constituição de 1988, apresentam para a década de 1990 um cenário político no qual o tema da participação da sociedade na “coisa pública” ganha novos contornos e dimensões, em que a esfera pública significa espaço</p> <p>(A) de encontro das diferenças e dos sujeitos coletivos e suas legítimas representações, e não apenas a esfera estatal.</p> <p>(B) de representação política da sociedade civil, através do Congresso Nacional e da Câmara de Deputados.</p> <p>(C) de representações estatais, neo-estatais e para-estatais.</p> <p>(D) privado correspondente à sociedade civil, e o Estado como espaço público.</p> <p>(E) de controle público.</p>	<p>49. Segundo Fernando Prestes Motta, a burocracia pode ser entendida como</p> <p>(A) um conjunto de ações que privilegiam o registro e a conversa, as quais permitem aos usuários das instituições trilhar caminhos pautados na complementaridade dessas ações.</p> <p>(B) estrutura social de caráter pessoal, porém pautada pela forma impessoal e hierarquicamente organizada com métodos racionais.</p> <p>(C) um conjunto de ações cuja direção é dada por um aparelho impessoal, organizado de forma articulada e horizontal.</p> <p>(D) estrutura social, na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado.</p> <p>(E) o poder de chefes sobre os subordinados, criando mecanismos firmados na pessoalidade para organizarem suas ações e administrarem sob a lógica da irracionalidade.</p>
<p>47. De acordo com a legislação em vigor, a saúde deve ser entendida como direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem</p> <p>(A) a garantia da saúde aos segmentos mais pauperizados e aos trabalhadores, por meio de um sistema diferenciado subordinado ao mercado formal de trabalho.</p> <p>(B) a redução de risco de doença e de outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.</p> <p>(C) o acesso universal e igualitário às ações de prevenção e educação em saúde.</p> <p>(D) o acesso hierarquizado, para os que têm maior necessidade, e a saúde privada aos que podem contribuir parcialmente nas ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde.</p> <p>(E) a refilantropização da saúde pública e a regulamentação da saúde privada, por meio dos convênios.</p>	<p>50. O Assistente Social, ao atender uma família cuja conduta foi considerada inadequada no âmbito dos relacionamentos intra-familiares, deve considerar que, numa sociedade burocrática, as condutas são</p> <p>(A) fruto de fatores genéticos que se consolidam na idade adulta.</p> <p>(B) aprendidas em instituições sociais, sobretudo na escola.</p> <p>(C) aprendidas, sendo a família uma instituição central nesse processo.</p> <p>(D) resultado do processo de orientação e sofrem maior influência na adolescência.</p> <p>(E) principalmente forjadas pelo processo produtivo.</p> <p>51. O termo burocracia, que tem sido utilizado para designar uma administração eficiente, pode também ser entendido como</p> <p>(A) um conjunto de ordens, documentos e hierarquia.</p> <p>(B) poder, contra poder e controle.</p> <p>(C) divisão de saberes e práticas e organização documental.</p> <p>(D) alienação, luta e organização racional.</p> <p>(E) poder, controle e alienação.</p>

<p>52. Para a atuação na inter-relação institucional, o Assistente Social deve considerar</p> <p>(A) um conjunto articulado de saberes e práticas que se definem pelo lugar de destaque no âmbito das ciências humanas e sociais, bem como articulações definidas pelas relações de produção, sobretudo aquelas com influência direta da tecnificação.</p> <p>(B) as articulações definidas pelas relações de produção e o conjunto de conhecimentos que garantem a formação dos profissionais.</p> <p>(C) um conjunto articulado de saberes e práticas internalizadas na consciência comum de alguns agentes sociais e que são produzidos a partir das relações que se estabelecem entre os homens na produção da sua existência material.</p> <p>(D) um conjunto articulado de saberes e práticas internalizadas na consciência da população atendida e que são produzidos a partir das relações que se estabelecem entre os homens e as instituições nas quais são atendidos.</p> <p>(E) as articulações definidas pelas relações institucionais e o conjunto de conhecimentos que garantam a formação dos profissionais.</p>	<p>55. De acordo com a Lei Federal nº 9.790/99, podem se qualificar como OSCIP</p> <p>(A) as instituições religiosas e confessionais, as entidades de benefício mútuo restritas a seus sócios e as entidades de promoção da assistência social.</p> <p>(B) as fundações públicas, as cooperativas e as organizações de desenvolvimento econômico e social e de combate à pobreza.</p> <p>(C) as organizações de promoção do voluntariado, de preservação do meio ambiente e de promoção da cultura.</p> <p>(D) as entidades de promoção do desenvolvimento econômico e social, de combate à pobreza e as organizações sociais.</p> <p>(E) os sindicatos, as organizações sociais e as instituições religiosas e confessionais.</p>
<p>53. O burocratismo tem como suas fontes principais</p> <p>(A) o Estado Moderno, a racionalidade e os movimentos sociais.</p> <p>(B) o Estado Moderno, a produção e as organizações políticas e sindicais.</p> <p>(C) a produção capitalista, o Estado filantropizado e as organizações sindicais.</p> <p>(D) a Igreja, a escola e a fábrica.</p> <p>(E) as instituições estatais (como exemplo, o INSS) e as organizações políticas e sindicais.</p>	<p>56. De acordo com Maria da Glória Gohn, as Organizações Não-Governamentais são formas modernas de participação na sociedade contemporânea porque</p> <p>(A) se apresentam como executoras de atividades de interesse público fora da máquina estatal, com maiores custos e maior eficiência.</p> <p>(B) emergiram na década de 1990 e trabalham na linha da conscientização, politização, participação e partidarização da sociedade civil.</p> <p>(C) atuam no campo do desenvolvimento social e podem receber apoio financeiro internacional, já que contam com estrutura gerencial governamental.</p> <p>(D) se organizam em torno de direitos, tais como o direito à qualidade de vida, ao meio ambiente, à felicidade e à não-discriminação.</p> <p>(E) são parceiras e financiadas por organismos internacionais e governamentais, pois têm objetivos humanitários e comerciais e atuam em áreas independentes do governo, visando a participação da sociedade civil.</p>
<p>54. O Termo de Parceria instituído pela Lei Federal nº 9.790/99 deve conter</p> <p>(A) a declaração de que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público atua nas áreas de saúde, educação ou assistência social.</p> <p>(B) a estipulação de metas a serem atingidas e a previsão de receitas e despesas a serem realizadas.</p> <p>(C) o estatuto da entidade registrado em Cartório, a ata de eleição de sua diretoria e o balanço patrimonial.</p> <p>(D) a prestação de contas contábil e financeira, que será realizada pelo Conselho Fiscal da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e por um Auditor.</p> <p>(E) o estatuto da entidade registrado em Cartório, o objeto do convênio e os resultados obtidos.</p>	<p>57. A preocupação com processos de avaliação de políticas e programas sociais tem crescido, visando melhorar os resultados do trabalho neste campo de atuação. Portanto, a avaliação das políticas sociais deve ter como perspectiva</p> <p>(A) o resgate das dimensões políticas e estratégicas das políticas sociais.</p> <p>(B) o resgate das dimensões políticas da avaliação que encontra-se referenciada na cidadania.</p> <p>(C) a cidadania e a reconstrução do socialismo utópico.</p> <p>(D) a melhoria na eficácia da prestação de serviço.</p> <p>(E) o resgate das dimensões técnicas da avaliação e da organização e hierarquização dos serviços.</p>

<p>58. O ato de planejar exige do Assistente Social a delimitação do objeto da intervenção. Nesse processo de construção e delimitação do objeto, é necessário que o planejador considere</p> <p>(A) a vontade da população, as demandas que são possíveis para a instituição, as definições e visão de mundo das chefias e as relações sociais ligadas à área de interesse dos diferentes sujeitos envolvidos.</p> <p>(B) que o objeto da intervenção é tácito e somente virá à tona quando os fatores relacionados com a realidade social forem elucidados.</p> <p>(C) que o objeto só pode ser definido posteriormente à organização dos meios e fins a que estão destinados os trabalhos da instituição.</p> <p>(D) o objeto como consequência dos objetivos específicos e que, para tanto, se leve em conta as áreas de conhecimento que mais possibilitam explicar o objeto, bem como a possível hierarquização dos saberes.</p> <p>(E) a área de interesse (demanda); o âmbito da reconstrução; a visão de mundo e os estereótipos das pessoas que ocupam posições no sistema de relações sociais ligados à área de interesse, bem como o conhecimento acumulado sobre a questão.</p>	<p>61. O Assistente Social, tendo como uma de suas incumbências a realização de diagnóstico da realidade social, pode valer-se da pesquisa, que tem como elementos constitutivos:</p> <p>(A) diagnóstico, entrevista, análise e relatório.</p> <p>(B) delimitação do problema, marco teórico, escolha de procedimentos metodológicos e cronograma.</p> <p>(C) definição do problema, formulação de hipótese, delimitação da amostra e visita domiciliar.</p> <p>(D) pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, coleta de dados e referencial teórico.</p> <p>(E) objeto, objetivos, coleta de dados e entrevista.</p>
<p>59. Determinada instituição aponta em seus documentos <i>“Garantir justiça, prestando à sociedade atendimento jurisdicional ágil, efetivo e com qualidade”</i>. Na perspectiva do planejamento estratégico institucional, o Assistente Social deve saber que a frase em destaque diz respeito</p> <p>(A) à missão, uma vez que esta responde aos seguintes questionamentos: o que faz, como faz e para quem se destinam seus produtos e serviços.</p> <p>(B) à estratégia, pois, na teoria do planejamento estratégico, este aspecto refere-se às ações que garantam favorecimento nos momentos de enfrentamento.</p> <p>(C) à missão, pois esta responde aos seguintes questionamentos: o que fazer e quais as diretrizes finais.</p> <p>(D) ao estabelecimento de objetivos específicos, pois, na teoria do planejamento estratégico, os objetivos específicos correspondem ao detalhamento dos objetivos gerais.</p> <p>(E) à efetividade da ação, pois, em planejamento estratégico, efetividade tem relação com a conquista dos objetivos e baixo custo.</p>	<p>62. O Assistente Social, ao optar pela modalidade de pesquisa qualitativa, deve saber que esta</p> <p>(A) possibilita ao pesquisador relacionar sua subjetividade com a dos entrevistados, superando uma abordagem meramente quantitativa.</p> <p>(B) enfatiza o conhecimento do fenômeno através da utilização de diferentes metodologias de descrição.</p> <p>(C) abarca grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos e de perfis populacionais, que são posteriormente classificados e analisados.</p> <p>(D) pressupõe interação entre pesquisadores e grupos estudados, da qual resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta.</p> <p>(E) busca apreender, em nível profundo, a realidade social: seus significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores.</p>
<p>60. O processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de integrar as comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país é denominado de</p> <p>(A) sistema descentralizado e participativo.</p> <p>(B) organização popular e desenvolvimento social.</p> <p>(C) participação comunitária.</p> <p>(D) desenvolvimento de comunidade.</p> <p>(E) participação popular.</p>	<p>63. Atualmente, uma das formas mais indicadas de trabalho institucional é a constituição de equipes interdisciplinares. A interdisciplinaridade corresponde</p> <p>(A) à complementação e interação entre profissionais, porém mantendo a valorização das respectivas formações básicas.</p> <p>(B) à igualdade na divisão de tarefas entre todos os profissionais que atuam com o cidadão.</p> <p>(C) ao fortalecimento da visão bio-psico-social e à valorização dos indivíduos.</p> <p>(D) aos saberes especializados organizados de acordo com o grau de importância de cada área de conhecimento.</p> <p>(E) à desresponsabilização individual dos atendimentos e à realização de reuniões periódicas para discussões e encaminhamentos.</p> <p>64. O Assistente Social, ao privilegiar o trabalho interdisciplinar, deve ter a sua postura pautada em:</p> <p>(A) ultrapassar seus próprios limites, na perspectiva de acatar a supremacia da especialização do conhecimento.</p> <p>(B) reconhecer a supremacia de um conhecimento sobre o outro.</p> <p>(C) resgatar a propriedade particular de cada saber, hierarquizando-os por ordem de importância.</p> <p>(D) ultrapassar seus próprios limites, abrindo-se às contribuições de outras áreas do conhecimento.</p> <p>(E) proceder à observância do todo, por meio da especialização do conhecimento.</p>

<p>65. No mundo contemporâneo, subentende-se por precarização das relações de trabalho</p> <p>(A) o aumento do trabalho temporário, sub-contratado, sem contrato ou garantias.</p> <p>(B) a opção dos trabalhadores pelos direitos trabalhistas.</p> <p>(C) o processo de produção, que se subdivide cada vez mais, ampliando o trabalho especializado.</p> <p>(D) a ampliação de postos de trabalho em serviços insalubres.</p> <p>(E) o aumento do trabalho temporário, porém com garantias previstas na Organização Internacional do Trabalho.</p>	<p>68. Segundo o Código de Ética, o Assistente Social, atuando na perspectiva de democratização da instituição, deve</p> <p>(A) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.</p> <p>(B) ampliar o trabalho comunitário e grupal, que tem ênfase na coletivização.</p> <p>(C) participar de forma interdisciplinar nas decisões da instituição.</p> <p>(D) organizar conselhos comunitários para as deliberações quanto ao atendimento.</p> <p>(E) viabilizar formas de acesso esporádico da população usuária, bem como ampliar a relação com a comunidade.</p>
<p>66. O processo de trabalho em qualquer campo, e também no contexto do judiciário, pode gerar desgastes à saúde do trabalhador. Esse desgaste está relacionado</p> <p>(A) à condição biológica e psicológica do funcionário e também à determinação do processo de trabalho, que ultimamente sofre influências da sociedade nacional e global e do Estado Nacional.</p> <p>(B) à situação social e familiar do funcionário e aos movimentos repetitivos que o mesmo desempenha por ocasião do cotidiano e que, ao mesmo tempo, condiciona as relações de produção.</p> <p>(C) à situação bio-psico-social dos funcionários e usuários da instituição, podendo também estar relacionado à hierarquização das relações de produção.</p> <p>(D) às condições materiais e sócio-políticas presentes no processo de trabalho e de vida, que estão determinados pelo salário e pelo envolvimento na linha de mando da instituição.</p> <p>(E) às condições materiais e sócio-políticas presentes no processo de trabalho e de vida, que estão determinados pelas relações de produção, no âmbito da sociedade nacional e global e do Estado Nacional.</p>	<p>69. Segundo o Código de Ética Profissional, constituem direitos do Assistente Social, dentre outros:</p> <p>(A) o zelo pela integridade do espaço profissional, sobretudo nos casos nos quais observa-se a violação dos princípios da democracia.</p> <p>(B) o acesso à documentação de usuários em qualquer serviço público, quando isso significar garantia de atendimento integral ao cidadão.</p> <p>(C) a garantia de pluralismo na prática profissional, sem cerceamento político e ideológico.</p> <p>(D) a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, bem como na formulação e implementação de programas sociais.</p> <p>(E) o pronunciamento em matéria de sua especificidade, sobretudo quando atingir interesses da categoria profissional.</p>
<p>67. Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Serviço Social, o sigilo profissional só poderá ser quebrado quando envolver</p> <p>(A) fato delituoso praticado contra o usuário.</p> <p>(B) ações que tragam prejuízos ao Estado e à sociedade.</p> <p>(C) situações cuja gravidade possa, tratando-se ou não de fato delituoso, trazer prejuízos a terceiros, à coletividade e ao usuário.</p> <p>(D) determinação legal, expedida por escrito pelo Ministério Público ou pela Justiça, com ordem para depor sobre situação sigilosa do usuário.</p> <p>(E) solicitação proveniente do Poder Judiciário.</p>	<p>70. A atuação do Assistente Social inclui a elaboração de laudos periciais, de informação e de pareceres e realização de vistorias sobre matéria de Serviço Social. Estas atribuições estão previstas</p> <p>(A) no Código de Ética Profissional, promulgado em 1993.</p> <p>(B) na Lei de Regulamentação da Profissão, nas competências definidas para Conselho Federal de Serviço Social.</p> <p>(C) na Lei de Regulamentação da Profissão, como atribuições privativas do Assistente Social.</p> <p>(D) na Lei Orgânica de Assistência Social, que regulamenta a ação das instituições públicas.</p> <p>(E) no Código de Ética Profissional, no capítulo referente a direitos e responsabilidades gerais do Assistente Social.</p>